APRESENTAÇÃO

É com imenso orgulho que a Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET), ligada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), lança seu primeiro Dossiê intitulado: **"Territórios/Territorialidades das Populações do Campo, das Águas e das Florestas: Avanços e Desafios na Constituição de Práxis Contra-Hegemônicas".**

O Dossiê surge baseado no escopo analítico da revista, qual sejam, as reflexões acerca dos processos socioterritoriais engendrados pelas populações do campo, das águas e das florestas em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política, cultural, educacional e ambiental), sob uma perspectiva teórico-metodológica, crítica, holística, interétnica/intercultural, dialética/dialógica, multiescalar, emancipatória/contra-hegemônica.

Foi com base nestas reflexões que pesquisadores nacionais e internacionais puderam colaborar com o Dossiê tendo como escopo analítico as temáticas:

- a economia, a política, a cultura, o meio ambiente e a diversidade geracional, étnica-racial e de gênero nos territórios/territorialidades camponeses (as), indígenas, quilombolas e ribeirinhos (as);
- o modo de vida e a identidade territorial das populações do campo, das águas e das florestas;
- os conflitos/disputas e as diferenças de racionalidades entre as classes socioterritoriais no campo (latifundiários/empresários do agronegócio versus indígenas, quilombolas, camponeses (as) e ribeirinhos (as));
- a recriação e resistência camponesa por meio da luta pela/na terra/território dos movimentos socioterritoriais do campo;
- a luta pela demarcação de territórios indígenas e quilombolas;
- a construção de territórios/territorialidades educativos(as) (educação camponesa, indígena, quilombola e ribeirinha);
- a diversidade das relações de trabalho no campo;
- a agroecologia, os agroecossistemas sustentáveis, a soberania alimentar e a relação sustentável das populações do campo, das águas e das florestas com os ecossistemas/biomas/domínios morfoclimáticos locais;
- as políticas públicas de desenvolvimento territorial no campo.

O território é entendido neste Dossiê, como o espaço onde os camponeses (as) (acampados (as), posseiros (as), foreiros (as), assentados (as), colonos (as), pequenos (as) agricultores (as), faxinalenses (as), sitiantes, meeiros (as) etc.), seringueiros (as), indígenas, quilombolas, ribeirinhos (as), extrativistas, caiçaras, pescadores (as) artesanais, cerradeiros (as), catingueiros (as), pantaneiros (as), quebradeiras de coco etc. realizam sua existência, produzindo-se /reproduzindo-se/re(existindo)/recriando-se neste/deste espaço. Pode ser definido, na prática, como o

espaço de realização da vida.

Para os/as camponeses (as), pode ser visualizado materialmente na paisagem, como o Sítio, o lote, a propriedade familiar, o Assentamento, a unidade de produção-consumo, o local de residência da família, onde ocorre a produção de alimentos por meio do trabalho familiar, associativo, comunitário e/ou cooperativo. Para os/as indígenas, é a terra ancestral, tradicionalmente ocupada, a Aldeia, mais especificamente, o Tekoha, para os Guarani e Kaiowá; São os Rios e a várzea dos/das ribeirinhos e, também, o Mar, para (as) pescadores (as) artesanais; O Território Remanescente de Comunidade Quilombola, dos afrodescendente no Brasil, denominados de quilombolas; a Floresta, dos povos tradicionais (seringueiros (as), extrativistas (as), caiçaras (as), cerradeiros (as), catingueiros (as), pantaneiros (as), quebradeiras de coco etc.).

Estes territórios/territorialidades fazem parte da diversidade específica que forma o campo, as águas e as florestas, mas que, necessariamente, se articula com a totalidade das relações socioterritoriais (a luta de classes no capitalismo globalizado). Na perspectiva dialética, neste processo de relações multiescalares (local/global) é que os territórios/territorialidades se formam.

Consideramos o lançamento dessa edição relevante, não somente pela função de sistematizar e difundir importantes referências acadêmicas sobre a temática do Dossiê, mas, sobretudo, porque ocorre em um trágico momento histórico de perda de direitos territoriais; de redução das oportunidades políticas; de esvaziamento cotidiano do significado da democracia; da amplificação e avanço da necropolítica levada a cabo pelo governo vigente em conluio com o capitalismo neoliberal; de ataque aos territórios e modos de vida que resistem a subordinação e/ou integração às verticalidades das lógicas hegemônicas do capitalismo globalizado; de transformação dos sujeitos populares organizados no campo, nas águas e nas florestas em possíveis terroristas; de instauração de um modelo único de desenvolvimento agrário/agrícola que condena a diversidade sócio-política-cultural-ambiental dos sujeitos/classes/grupos socioterritoriais do campo, das águas e das florestas, condenando-os a processos de pauperização e/ou desterritorialização, por meio da imposição de uma razão hegemônica predatória respaldados por um suposto "Estado democrático de direito".

Os dados apontam que, desde a redemocratização do país, pós período da ditadura militar, esse é o momento histórico de maior retrocesso dos direitos territoriais no Brasil. Desde o golpe de 2016, o Estado brasileiro tem aprofundado a negação do direito de acesso e permanência aos territórios por parte das populações que produzem sua existência material e simbólica no campo, nas águas e nas florestas. Não apenas o ser humano, mas também, a natureza tem sofrido os impactos dessa política devastadora. O desmatamento de biomas (Amazônico, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal) e a liberação da venda de novos tipos de agrotóxicos, bateram recordes em 2020, colocando em risco a reprodução da sociobiodiversidade e causando impactos biofísicos e sociais que inviabilizam a reprodução do modo de vida dessas populações.

Enquanto o Estado segue sendo tomado, deformado e seus recursos drenados, especialmente, pelo capital mínero-agrário-exportador e pelas oligarquias latifundiárias-capitalistas regionais, do outro lado, na contra-hegemonia, encontramos a práxis nas ações coletivas que desvelam a existência de inúmeras formas de luta e resistências às formas hegemônicas.

Assim, neste Dossiê, está contido, a priori, que para as populações do campo, das

águas e das florestas, a simples existência, pressupõe um conflito face à territorialização e penetração da razão totalitária neoliberal em todas as esferas da vida cotidiana. Tendo em vista que a sua re(existência) passa, necessariamente, pelo conflito com a lógica capitalista de produção, pois há uma constante disputa desses sujeitos com a territorialização do capital monopolista agro-hidro-minerador (agronegócio), que concentra a terra e desterritorializa essas populações.

Face ao amplo conjunto de problemas de ordem política-econômica-territorial que tecem o nosso tempo histórico e atravessam territórios, é imprescindível reconhecer que, embora também alvejada pela conjuntura pós-golpe de 2016, a universidade pública e democrática resiste no cumprimento de sua função social, produzindo conhecimento com rigor e qualidade, cuja missão não é somente a de denunciar os problemas relacionados aos sujeitos socioterritoriais do campo, das águas e das florestas, mas também o de anunciar a importância que tem a sua reprodução para a totalidade da sociedade brasileira e latino-americana, pois produzem alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos e, também, desenvolvem uma relação com a natureza, por meio de agroecossistemas sustentáveis, que caracterizam uma forma equilibrada de intervenção nos ecossistemas locais.

A educação, como fenômeno sócio-político-cultural, por excelência, é tema que atravessa este Dossiê e se evidencia, imprescindivelmente, na relação territórios-sujeitos. O território é, também, lócus, da materialização da educação desses sujeitos, pelo contrário, não há como se constituir a Educação do Campo, das Águas e das Florestas. A conquista e a resistência nos territórios é que possibilitam a criação e a reprodução da Educação.

A gênese da Educação do Campo, das Águas e das Florestas está relacionada com as experiências pedagógicas emancipatórias que os movimentos socioterritoriais já vinham desenvolvendo durante seu processo de luta pela terra/território. São estas iniciativas que marcam o início da construção de uma escola que tenha como referência teórico-metodológica político/ideológica/cultural as experiências concretas de resistência destas populações e dos seus movimentos socioterritoriais e se estabelece como um elemento de resistência para auxiliar na luta pelo território e pela permanência no território.

Visando à emancipação humana, não há possibilidades de pensá-la desvinculada das relações socioterritoriais que as produziu, inserida em contradições, conflitos, disputas territoriais, violência, expropriação e resistência. Dessa maneira, tem a intencionalidade de afirmar a identidade territorial dos povos do campo, das águas e das florestas numa perspectiva de contraposição ao capital – agronegócio – condenando sua lógica exploratória, excludente e hegemônica que os expropria ou os subalterniza. Legitima-se assim a luta dos sujeitos do campo contra o capitalismo, a colonialidade, o eurocentrismo, o latifúndio e todas as formas de exploração/dominação/opressão de classe, gênero, étnico-racial, geracional, cultural, territorial etc.

Em síntese, território/territorialidade é produto da necessidade de reprodução material, mas também, simbólica, envolvendo um caráter sociocultural e educativo (formal e/ou não-formal) de reprodução dos modos de vida territoriais. Por isso, discutir educação das populações dos povos do campo, das águas e das florestas, é discutir território/territorialidades, com suas disputas/conflitos, seus modos de vida, suas identidades territoriais, suas organizações em movimentos socioterritoriais, seu trabalho familiar, comunitário, cooperativo, associativo, sua

resistência, mas também, subalternidade ao capitalismo.

O debate apresentado no Dossiê se encontra pulverizado nas contribuições de diferentes autores que entendem que a produção do conhecimento científico deve estar atrelada a busca de justiça social, colaborando na construção de uma sociedade mais igualitária, democrática, com respeito a diversidade socioterritorial e a sustentabilidade ambiental.

Diante desta conjuntura, sistematizamos aqui nove artigos do Dossiê, três artigos livres, um relato de experiência, uma entrevista e uma resenha, que se desafiam a contribuir para a compreensão da diversidade dos territórios/territorialidades das populações do campo, das águas e das florestas, bem como contribuem para o melhor entendimento da promoção das diversas formas de práxis contra-hegemônicas.

Convidamos os leitores para refletir acerca da temática do Dossiê por meio de diferentes contextos: 1) na análise da identidade territorial camponesa nos livros didáticos; 2) na compreensão da relevância da terra e território para a produção didática indígena; 3) na crítica a invisibilidade dos conflitos socioambientais na comunidade quilombola de pescadores artesanais; 4) na crítica ao extrativismo predatório e suas múltiplas formas de violência; 5) na organização das mulheres quilombolas; 6) na instrumentação da cartografia social para a compreensão das territorialidades e mapeamento dos territórios; 7) na compreensão das comunidades tradicionais, seus territórios e territorialidades; 8) na auto-organização dos coletivos de juventude e a respectiva relevância para a formação da consciência política; 9) na apropriação de tecnologias por lideranças indígenas como estratégia de reconhecimento da identidade cultural e construção de outros espaços de resistência;

Nos artigos livres, tivemos as discussões: 1) da cooperação universitária baseada no interculturalismo e na abordagem socioafetiva; 2) da organização político-pedagógica e formação de professores do campo; 3) do trato à pessoa idosa no contexto do processo educativo;

A resenha e o relato de experiência, demonstram outras formas de se produzir conhecimento e representar a diversidade e a resistência cultural. E a entrevista aproxima o leitor do pesquisador, por meio de um diálogo.

Apresentaremos ao leitor uma síntese de cada artigo publicado, começando com as nove publicações do Dossiê:

Francilane Eulália de Souza é autora do texto intitulado: **"Perspectivas teóricas e metodológicas para se pensar a identidade territorial camponesa nos livros didáticos de Geografia"**. Para iniciar o debate, a autora afirma que o livro didático é perpassado por paradigmas e, portanto, também constitui um território de disputa de poder. Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa foi fazer uma análise acerca dos conteúdos contidos na coleção de livros didáticos de Geografia Expedições Geográficas (Ensino Fundamental). A reflexão se deu no sentido de observar se, por meio destas obras, é possível pensar o território em sua totalidade, bem como, a importância da identidade territorial camponesa. A metodologia da pesquisa contou com a análise bibliográfica e documental. Como resultados, a autora considerou que estes livros não valorizam a identidade territorial camponesa. Sendo necessário uma desconstrução calcada na perspectiva de entender o campo nas múltiplas dimensões da vida. Todavia, ressalva

que é na práxis docente que essas lacunas serão suprimidas, com metodologias que valorize o cotidiano da comunidade campesina, cabendo ao professor a tarefa da leitura crítica desse material didático na perspectiva da Educação do Campo.

No artigo, **"Terra e território na produção didática dos Tremembé: uma análise de conteúdo e discurso"**, os autores, Daniel Valério Martins e Ruan Rocha Mesquita, apresentam uma discussão acerca do material didático produzido por estudantes indígenas da etnia Tremembé, que está localizada na região litorânea do nordeste brasileiro no distrito de Almofala, no município de Itarema – Ceará. O objetivo do artigo é evidenciar a intencionalidade política e pedagógica da educação indígena a serviço do coletivo indígena em sua produção textual, observando o vínculo com as lutas pela democracia e emancipação. Nos procedimentos metodológicos foi observada a oralidade indígena e o processo de transcrição e registro dela em sua produção de textos didáticos. O recorte de análise foi a produção dos trabalhos de conclusão de curso Indígena Tremembé Superior, no tocante a temática Terras e Território. Tendo em vista que os povos indígenas do Ceará sempre lutaram pelo reconhecimento e valorização de suas identidades territoriais, a Educação se tornou um meio para conseguir manter e propagar sua cultura, por isso, o processo educacional diferenciado, nestas comunidades indígenas, se torna indispensável. Como resultado foi evidenciado que os indígenas Tremembé estão utilizando a Educação Diferenciada como ferramenta na luta por mudanças sociais e que foram capazes de perceber a importância que alcançariam com esse material, que foi divulgado em escala internacional, para dar visibilidade à luta pela demarcação e posse de suas terras ocupadas.

No artigo, **"La comunidad tradicional quilombola de pescadores artesanales y recolectoras de mariscos de la Isla de Maré, en Brasil, y su exclusión social, histórica y cultural: un proceso de invisibilidad"**, das autoras, Ingrid Gil Sales e Juliete da Paixão Vidal, o objetivo foi analisar a comunidade quilombola tradicional de pescadores artesanais e marisqueiras na Ilha da Maré, no Brasil. A metodologia se baseou em pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevista com roteiro semiestruturado. Os resultados da pesquisa foram que o perfil elitista da cultura jurídica do Estado brasileiro, não tem permitido enfrentar problemas sociais oriundos da econômica capitalista globalizada dominante, que são opostas à população de comunidades tradicionais. Dessa maneira, mesmo com o reconhecimento de comunidade tradicional, por serem quilombolas e pescadores artesanais, a Comunidade Tradicional de Maré não encontrou eco nas vozes que insistem em demonstrar a exploração de seu ecossistema, a marginalização de seu modo de vida e cultura e a invisibilidade dos conflitos socioambientais.

"**Extrativismo, territórios comunitários e violência em áreas de mineração em Moatize, Tete-Moçambique**" contém o relevante debate sobre o processo de expansão da mineração na vila de Moatize (Moçambique). Caracterizado enquanto um processo desigual e contraditório, o autor Lucas Atanásio Catsossa promove um debate crítico sobre a expansão da mineração levado a cabo pela Companhia Vale e como ele tem representado uma das facetas mais perversas do efeito da globalização em terras moçambicanas. Sua velocidade, violência e o caráter turbulento tem se desdobrado em um processo de precarização para as populações reassentadas, como no caso do reassentamento em Cateme. Ademais, chama também a atenção para a degradação ambiental, o cercamento das populações e a precarização da saúde da população local.

As autoras Junia Auxiliadora Santana, Regina Aparecida Silva e Giseli Dalla Nora, organizaram o artigo: **"Aprendizagens da terra nas narrativas das mulheres do Quilombo Mata Cavalo"**, a partir de uma pesquisa desenvolvida na Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, estado de Mato Grosso, e que contou com a participação de representantes femininas do Quilombo Mata Cavalo. O objetivo foi conhecer as narrativas de aprendizagem de dez mulheres comprometidas com as lutas pela terra quilombola. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: a pesquisa participante, entrevistas e a observação. O resultado da pesquisa é que, nas palavras das autoras, "as principais táticas de resistência estão no reconhecimento do coletivo, na criação de associações e nos processos educativos vivenciados nas mobilizações, manifestações, campanhas e ações coletivas". Foi percebido que a relação de gênero expressa significados e sentidos às funções na organização sociopolítica da comunidade Mata Cavalo, destacando-se que as mulheres matacavalenses ocupam espaços primordiais de manutenção e resistência.

Em "**Cartografia Social Participativa desvelando territorialidades no Pacífico colombiano**", Dorival Bonfá Neto e Júlio César Suzuki apresentam relevante debate de como a cartografia social reconhece, por excelência, os significados que os sujeitos conferem a determinados espaços. O artigo tem como objetivo analisar a construção do território e de territorialidades no Pacífico colombiano tomando como referências as práticas e os saberes tracionais que, via-de-regra, não povoam as intencionalidades e os produtos cartográficos promovidos pelos órgãos oficiais. Na contramão deste processo, os autores, tomam como base debates, produtos cartográficos, entrevistas, trabalhos de campo focados nas atividades pesqueiras artesanais, bem como em oficinas de cartografia social participativa realizadas com estudantes do colégio municipal de Bahia Solana, no departamento de Chocó (Colômbia). A contribuição ofertada trata-se, sobretudo, da concepção de que os exercícios cartográficos elaborados por crianças e jovens (13 a 17 anos), da comunidade Pesqueira de Bahia Solano, revelam a consciência social destes sujeitos no que se refere às territorialidades que os envolvem e a relação com as atividades tradicionais.

Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas Monteiro e Adriani Lameira Theophilo de Almeida são os autores de "**Território e territorialidades dos Povos e 'Comunidades tradicionais' no Brasil: uma aproximação**". O artigo, que trata da relevante relação entre território, territorialidade e comunidades tradicionais, tem como objetivo apresentar uma análise das terras tradicionalmente ocupadas. Tomando como objeto o uso comum da terra e, aos auspícios da perspectiva geohistórica, os autores promovem reflexões que envolvem o campo teórico e jurídico, bem como os direitos territoriais organizados por meio das reivindicações das ações coletivas fruto da agenda contenciosa de caráter étnico, territorial e difusa. Para tanto, utiliza-se de levantamento e revisão bibliográfica interdisciplinar e documental. Como resultado apresenta a crítica de que, embora existam referências, políticas públicas e alicerces teórico-jurídicos sobre os povos e comunidades tradicionais, o Brasil ainda encara retrocessos que se expressam de diferentes maneiras no cotidiano, dentre elas, na decomposição de políticas públicas e na incapacidade do cumprimento dos direitos.

No artigo "**A auto-organização dos Coletivos de Juventude no MST: considerações a partir de uma experiência em Rio Bonito do Iguaçu-PR**", elaborado por Natacha Eugênia Janata, Ana Cristina Hammel e Juliana Cristina de Mello, são apresentadas reflexões sobre a

formação da consciência política e o envolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Produto de uma pesquisa realizada entre 2018 e 2019, o artigo visa contribuir para o entendimento da repercussão da auto-organização dos jovens no acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, localizada em Rio Bonito do Iguaçu (PR). Valendo-se de entrevistas com jovens que compõe o coletivo de juventude do acampamento; observação-participante, em espaços de ação e socialização política; bem como levantamento e debate de referencial bibliográfico pertinente ao tema e histórico do objeto de análise, os autores contribuem com reflexões relacionadas às atividades formativas, produção agroecológica, autossustentação do coletivo de juventude, ações culturais e contenciosas. Dentre as diversas contribuições apresentadas pelo artigo em questão, nota-se que a compreensão destas formas de ação é pertinente para a compreensão, não somente da construção da consciência política, mas também, das práticas lastreadas em experiências pertinentes à Educação do Campo voltadas para as contradições do cotidiano e da escala local.

A autora, Maria Veirislene Lavor Sousa, escreve o artigo intitulado: "**A cibercultura e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) por lideranças indígenas como ferramentas de reconhecimento da identidade cultural: outros territórios e espaços de resistência"**, cujo objetivo é discutir o uso das TICs, especialmente das redes sociais, por lideranças indígenas como ferramentas para o reconhecimento da identidade cultural. A pesquisa buscou responder as seguintes indagações: Como as TICs são utilizadas pelas lideranças indígenas visando o reconhecimento da cultura dos povos originários? Quais as ferramentas ou plataformas utilizadas por eles para o reconhecimento de sua identidade étnica? Qual o papel das TICs no trabalho desenvolvido por esses indígenas? Para desenvolvimento da investigação, a metodologia adotada foi a pesquisa etnográfica, bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. As TICs vêm fortalecendo as relações educacionais, políticas, sociais e culturais no âmbito das comunidades indígenas, apesar do acesso limitado as redes, pois muitas aldeias estão localizadas em lugares sem acesso à internet. Os resultados e as conclusões são positivos, pois os indígenas se apropriam e se utilizam das TICs para reconhecimento da sua própria cultura.

Dando sequência à apresentação, tem-se a **síntese dos três artigos livres:**

O artigo, **"Cooperación universitaria al desarrollo: interculturalismo y enfoque socioafectivo"**, da autora Mara García Rodríguez e María Dolores Fernández Malanda, teve como tema central o debate acerca da interculturalidade. A autora defende que a perspectiva emancipatória desse conceito se dá, em suas palavras: "graças a um método que nos permite enfrentar nossos estereótipos, preconceitos e ações discriminatórias". A educação intercultural representa o encontro com o respeito, a diversidade, a autonomia e os direitos humanos. Para colocá-la em prática se faz necessário romper com a concepção bancária de educação e utilizar outros modelos que enfatizem o caráter socioafetivo. Nesse sentido, o artigo buscou analisar a implementação dos princípios da abordagem socioafetiva em projetos como a Cooperação Universitária para o Desenvolvimento.

O artigo intitulado: **"Organização político-pedagógica e curricular na formação de professores do campo em ciências da natureza no Brasil"**, elaborado pelos/pelas autores (as) Geize Kelle Ribeiro e Wender Faleiro, buscou responder as seguintes questões: "Como as LEdoCs com habilitação em Ciências da Natureza organizam o trabalho político-pedagógico e curricular por área na formação inicial de professores? A metodologia para responder à pergunta se deu por

meio da análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza no Brasil. O objetivo do texto não foi o de dizer, comparativamente, qual curso tem o melhor currículo de formação, mas sim, de expressar a diversidade das possibilidades formativas e sua contribuição para o fortalecimento da Educação do Campo. A importância da pesquisa se dá devido ao fato de que a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) ainda é um curso em consolidação, por isso, é necessário refletirmos sobre a formação de professores da Educação do Campo pensando nas suas contribuições para a superação de processos de exclusão sócio-históricos de educação dos sujeitos do campo.

Os/as autores (as): Alcione Assunção Correia Lima; Fernando Luís de Queiroz Carvalho e José Raimundo Oliveira Lima, escreverem o artigo intitulado "**O cuidador da pessoa idosa: processo educativo ou formação para o mercado?**" O objetivo da peqsuisa foi, nas palavras dos/das autores (as), ''discutir o ofício de cuidador da pessoa idosa no desenvolvimento de suas habilidades frente às novas relações de trabalho, bem como as configurações mercadológicas em que o cuidado com o outro passa assumir um 'valor de troca' ou define-se num trabalho como outro qualquer oferecido no mercado". A metodologia trata-se de um estudo de campo, exploratório, de caráter qualitativo, realizado no município de Feira de Santana-BA, cuja população idosa corresponde a 8,7%. O texto faz um diálogo entre educação e saúde, visto que quando essa relação é profícua, tem-se como resultados as mudanças de hábitos e transformação no estilo de vida dos indivíduos, que passam, concomitantemente, a alterar o meio em que vivem.

Andréa L. Cavararo Rodrigues e Antonio H. Aguilera Urquiza assinam o artigo "**Relato de experiência: pesquisa de campo em território tradicional na fronteira Brasil/Paraguai**". O artigo é não somente o relato de uma experiência, mas também uma relevante reflexão sobre a imprescindibilidade do trabalho de campo em contexto de territórios tradicionais localizados em regiões fronteiriças. Tendo como objetivo relatar as experiências e a riqueza cultural em território tradicional Kaiowá, o artigo contribui também para o entendimento crítico das problemáticas que gravitam na órbita dos territórios tradicionais na fronteira Brasil/Paraguai. Diante deste desafio, foi utilizado como procedimentos metodológicos alguns instrumentais oriundos da antropologia no que se refere ao direito dos povos tradicionais, bem como pesquisa e revisão bibliográfica associada, sobretudo, pelo trabalho de campo. Não obstante, é evidenciado que o trabalho de campo emerge como peça fundamental na realização de pesquisas e na obtenção de resultados concretos amparados em elevado nível de excelência.

Tivemos a honra de contar com a colaboração da **Professora Dra. Mônica Molina** que nos concedeu uma entrevista denominada: **"Educação do Campo e a produção de conhecimento: avanços, conquistas e desafios"**. Ela é diretora do Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB) e faz parte do Observatório da Educação do Campo da CAPES. Se destaca por ser uma referência nacional no debate de Formação de Educadores (as) do Campo e de políticas públicas da Educação do Campo. Relatou sua trajetória acadêmica e os caminhos que a direcionaram à Educação do Campo. Explicou o processo de gênese da Educação do Campo, bem como as principais conquistas nesses 22 anos de construção prática/teórica/política. Reafirmou como a Educação do Campo pode auxiliar na transformação social por meio da formação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas que serão educadores/militantes/pesquisadores/intelectuais orgânicos que ajudarão na construção de novas práxis

contra-hegemônicas. Encerra nos relatando que, enquanto um paradigma educacional contra-hegemônico em construção, a Educação do Campo tem enfrentado diversos desafios, dado o momento histórico de retrocessos de direitos adquiridos, criminalização dos seus sujeitos e tentativas de privatização da educação pública. Explica que o caminho da resistência para a Educação do Campo é que estejamos articulados com todas as instituições que lutam pela educação no Brasil (ANFOPE, ANPED, CNTE, ANPAE, ANDIFES, entre outras organizações que lutam pela educação popular). A mobilização deve envolver os estudantes e os egressos da Educação do Campo, seja nos cursos do PRONERA, seja nos cursos de Pedagogia da Terra, em defesa da democracia e da educação pública numa perspectiva crítica - emancipatória, tendo em vista que nós temos hoje cerca de 7 mil educandos nas Licenciaturas em Educação do Campo, juntamente com os 600 educadores e vários mestrandos e doutorandos pesquisando sobre o tema. Outro passo importante tem sido dado pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), que nesse ano de 2020, avançou muito na sua capacidade de organização em defesa das escolas do campo, das suas licenciaturas e do PRONERA.

Esta edição ainda tem o privilégio de contar com a resenha da primeira edição do **"Diccionario básico de educación e inclusión lingüística peruana"** de Rosa Luna García e Claudia Sanchez Tafur. Os autores Gerardo Manuel Garcia Chinchay e Mercedes Elvira Mere Chávez tem o cuidado de apresentar e guiar cuidadosamente os leitores destacando os principais atributos do dicionário, bem como a sua relevância como ferramenta política de empoderamento para o Perú. Embora transpareçam notadamente o elevado valor da obra para a compreensão da diversidade linguística, o dicionário também compreende inestimável contribuição para o maior entendimento das 48 línguas faladas em território peruano, que vão do espanhol castelhano até as línguas originárias peruanas, bem como é capaz de representar os respectivos valores simbólico-culturais.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Dourados/MS, Verão de 2020.

Nos solidarizamos com as vítimas e familiares da COVID-19 que já ceifou 200 mil vidas no Brasil.

Organizadores
Rodrigo Simão Camacho[1]
José Sobreiro Filho[2]

1 Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Territorialidades (PPGET) e em Geografia (PPGG) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS; e em Geografia (PPGG) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS.

2 Docente no curso de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da Universidade Estadual Paulista (UNESP); Vice coordenador da Rede DATALUTA.